


O ACERVO DIGITAL E A POSSIBILIDADE DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL¹


THE DIGITAL COLLECTION AND THE POSSIBILITY OF PRESERVING THE INSTITUTIONAL MEMORY


LA COLECCIÓN DIGITAL Y LA POSIBILIDAD DE CONSERVAR LA MEMORIA INSTITUCIONAL

Recebido em: 10/07/2023

Aceito em: 16/08/2023

Adriana Duarte Leon² 

Adriana Machado das Neves³ 

Caroline Ceno Machado⁴ 

Márcio Pereira Garcia⁵ 

Resumo: O presente estudo tem como objetivo apresentar o projeto “A digitalização do Acervo Institucional como uma possibilidade de Preservação da Memória da Educação Profissional e Tecnológica”, desenvolvido no IFSUL/Campus Pelotas com o objetivo de digitalizar parte da documentação da instituição, com foco na preservação da memória escolar. A proposta metodológica está alocada na perspectiva qualitativa, com abordagem histórica, técnica afiliada na análise documental, considerando o recorte temporal das primeiras décadas de funcionamento da instituição. A periodização estabelecida contempla os anos iniciais de funcionamento até a década de 1950, considerando a documentação catalogada na pesquisa: “O Acervo Institucional Como um Espaço de Preservação da Memória da Educação Profissional e Tecnológica”, concluído em julho de 2023. O projeto está em fase de desenvolvimento e apresenta relevância no âmbito da preservação da memória institucional e no fomento a pesquisas no campo da Educação e da História, pretende-se ao final do trabalho disponibilizar digitalmente o acesso à história da instituição no recorte estabelecido.

Palavras-chave: História da Educação; Preservação da Memória; Educação Profissional; Instituição Escolar; Digitalização.

Abstract: This study aims to present the project “The digitization of the Institutional Collection as a possibility of Preservation of the Memory of Professional and Technological Education”, developed at IFSUL/Campus Pelotas with the objective of digitizing part of the institution's documentation, focusing on in the preservation of school memory. The methodological proposal is allocated from a qualitative perspective, with a historical approach, a technique affiliated with document analysis, considering the time frame of the institution's first decades of operation. The established periodization contemplates the initial years of operation until the 1950s, considering the documentation cataloged in the research: “The Institutional Collection as a Space for Preservation of the Memory of Professional and Technological Education”, completed in July 2023. The project is in progress phase

¹ O artigo é derivado de uma pesquisa desenvolvida no IFSUL/Câmpus Pelotas com apoio da Instituição e da FAPERGS.

² Professora do IFSUL/Câmpus Pelotas, vinculada ao curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados e ao Programa de Pós-graduação em Educação. E-mail: adriana.adrileon@gmail.com.

³ Professora Colaboradora de Química Orgânica na Universidade Federal do Rio Grande - FURG, aluna de Pós-Doutorado em Química na FURG e aluna do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados do Instituto Federal do Rio Grande - IFSUL/Campus Pelotas. E-mail: adrianamdasneves@gmail.com.br.

⁴ Aluna do Programa de Pós-graduação em Mestrado em Educação da Universidade Federal de Pelotas e aluna do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados do IFSul/Campus Pelotas. E-mail: carolineceno@hotmail.com.

⁵ Aluno do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados do IFSul/Campus Pelotas. E-mail: mpgarciapel@gmail.com.

of development and is relevant in terms of preserving institutional memory and promoting research in the field of Education and History, it is intended, at the end of the work, to digitally provide access to the history of the institution within the established scope.

Keyword: History of Education; Preservation of Memory; Professional education; School Institution; Digitization.

Resumen: Este estudio tiene como objetivo presentar el proyecto “La digitalización del Acervo Institucional como posibilidad de Preservación de la Memoria de la Educación Profesional y Tecnológica”, desarrollado en el IFSUL/Campus Pelotas con el objetivo de digitalizar parte de la documentación de la institución, centrándose en la preservación de la memoria escolar. La propuesta metodológica se plantea desde una perspectiva cualitativa, con enfoque histórico, técnica afín al análisis documental, considerando el marco temporal de las primeras décadas de funcionamiento de la institución. La periodización establecida contempla los años iniciales de funcionamiento hasta la década de 1950, considerando la documentación catalogada en la investigación: “El Acervo Institucional como Espacio de Preservación de la Memoria de la Educación Profesional y Tecnológica”, concluida en julio de 2023. El proyecto se encuentra en ejecución fase de desarrollo y es relevante en cuanto a la preservación de la memoria institucional y la promoción de la investigación en el campo de la Educación y la Historia, se pretende, al final del trabajo, brindar acceso digital a la historia de la institución dentro del alcance establecido.

Palabras-chaves: Historia de la Educación; Preservación de la Memoria; Educación profesional; Institución Escolar; Digitalización.

INTRODUÇÃO

O projeto “A digitalização do Acervo Institucional como uma possibilidade de Preservação da Memória da Educação Profissional e Tecnológica” busca dar continuidade aos estudos que foram realizados pelo projeto “O Acervo Institucional Como um Espaço de Preservação da Memória da Educação Profissional e Tecnológica”, aprovado pela PROPESP no ano de 2021 e desenvolvido entre os anos de 2021 e 2022, na época visava fazer o levantamento, catalogação e higienização de parte da documentação do IFSUL/Câmpus Pelotas.

O projeto “A digitalização do Acervo Institucional como uma possibilidade de Preservação da Memória da Educação Profissional e Tecnológica”, atualmente em desenvolvimento, tem como objetivo digitalizar parte da documentação institucional do IFSul câmpus Pelotas com foco na preservação da memória institucional da Educação Profissional e Tecnológica. Este estudo se localiza no campo da história da educação e analisa na documentação questões referentes à consolidação de uma identidade para a educação técnico-profissional na região sul do RS/Brasil.

A periodização estabelecida contempla os anos iniciais de funcionamento da instituição até a década de 1950 e apresenta relevância no âmbito da preservação da memória institucional e no fomento a pesquisas no campo da Educação e da História.

A nomenclatura “educação técnico profissional” aparece na historiografia do sul do Rio Grande do Sul na década de 1930, considerando que no início da década o município Pelotas/RS

assumiu a Escola de Artes e Ofícios e a transformou em Escola Técnico Profissional que, logo em seguida passou a ser denominado Instituto Técnico Profissional e funcionou ininterruptamente de 1930 à 1940, oferecendo cursos específicos. Em 1943, criou-se a Escola Técnica de Pelotas (ETP) e em 1959, a ETP tornou-se autarquia federal e passou, no ano de 1965, a ser nomeada de Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPEL).

Dado o contexto de criação das escolas técnicas profissionais e a disseminação de uma identidade para os cursos técnicos no início do século XX, considera-se relevante compreender algumas das particularidades locais, considerando o acesso a documentação presente no acervo institucional do campus Pelotas.

UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SUL DO BRASIL

De acordo com Manfredi (2002) o ensino profissional tem início no Brasil colonial, a partir das “escolas oficinas” de formação de artesãos e demais ofícios, nas oficinas eram ensinados diversos ofícios e a regulamentação das práticas de ofícios variam de uma província para outra no país.

Em 1808, data da transferência da família real para o Brasil, D. João VI criou o Colégio das Fábricas que inaugurou uma nova fase para o setor de aprendizagem profissional “[...] Criado em 1809 por D. João VI no Rio de Janeiro, possuía caráter assistencial e, portanto, a finalidade explícita de abrigar os órfãos trazidos na frota que transportou a família real e sua comitiva para o Brasil” (LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2010, p. 208).

A necessidade de uma estruturação do ensino no Brasil, seguida do aumento da produção manufatureira ocorrida em meados do século XIX, favoreceu a organização de escolas, mantidas pela sociedade civil, tendo como justificativa amparar órfãos e, concomitantemente, oferecer a aprendizagem das artes e dos ofícios. “Nestas sociedades, a direção ficava a cargo dos nobres, fazendeiros, comerciantes e dos funcionários da burocracia estatal” (LOPES; FARIA FILHO; VEIGA 2010, p. 209).

Com o passar do tempo as entidades civis passaram a administrar financeiramente as suas escolas de artes e ofícios, através de recursos oriundos do poder público, resultado da influência burocrática do Estado. Entre os anos de 1858 e 1886, foram criados os liceus de artes e ofícios nos centros urbanos: o primeiro no Rio de Janeiro em 1858, seguido de Salvador em 1872, Recife em 1880, São Paulo em 1882, Maceió em 1884 e Ouro Preto em 1886. O ingresso nos cursos era livre, exceto para os escravizados.

Já as casas de artífices foram fundadas por dez governos provinciais, entre os anos de 1840 a 1856, adotavam uma prática militar que valorizava a hierarquia e a disciplina; atendiam “Crianças e jovens em estado de mendicância que eram encaminhados para essas casas, onde recebiam instrução primária e aprendiam um ofício” (MANFREDI, 2002, p. 76). Sá (2007) aponta que no século XIX, em especial no período Imperial, os discursos realizados, tanto por governantes quanto pela elite brasileira, baseavam-se na necessidade da escolarização das crianças pobres e livres.

Considerando o advento da república, o Brasil a partir do final do século XIX, passa a consolidar vagarosamente os sistemas nacionais de ensino, baseado no preceito constitucional de que a educação é direito de todos e dever do Estado. Com a república cresceu a expectativa pela expansão escolar, desenvolvimento econômico e direitos sociais. De acordo com Machado (1991, p. 202) “o início do presente século XX é marcado, portanto, por intensas discussões a respeito da necessidade de escolarização do povo brasileiro e por tentativas frequentes de reformas educacionais”.

Devido a abolição do regime escravo, o país necessitava de mão de obra, em especial para suprir as demandas da força de trabalho industrial e manufatureira. A construção de um projeto político para a nação brasileira, incorporando e incentivando a imigração, foi um dos desafios do início do período Republicano. Nesse sentido, “o país ingressa em nova fase econômico-social, em virtude da aceleração dos processos de industrialização e urbanização” (MANFREDI, 2002, p. 79).

Considerando o crescimento dos centros urbanos, o Brasil contava com um aumento expressivo da desigualdade social. Um dos resultados desse contraste foi a presença de crianças pobres nas diferentes indústrias distribuídas pelo país. Já o pensamento político e intelectualizado da elite brasileira visualizava o trabalho como um mecanismo de formação, disciplina e salvação da infância desfavorecida. De acordo com Caldeira (2020, p. 135), com a lei 3.353 de 13 de maio de 1888, que extinguiu o sistema escravocrata no Brasil e o advento da Proclamação da República, no ano de 1889, ocorreu no país as principais mudanças na educação institucionalizada. A autora sinaliza que, “a instrução de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social passou a fazer parte das ações do governo”. Ainda destaca que:

[...] a educação voltada para os “desvalidos da sorte” com a participação do Estado pode ser percebida no século XIX, constituindo-se em preocupação que precede o ideário republicano de ordenamento social, diante da crescente urbanização e dos problemas sociais daí advindos. Como exemplo, aponta-se a fundação de Escolas de Aprendizagem e de asilos para órfãos em diversas regiões do país, onde as crianças

pobres eram preparadas para trabalhos artesanais ou domésticos. (CALDEIRA, 2020, p. 135).

Com isso, no ano de 1909, duas décadas após a proclamação da República do Brasil, Nilo Peçanha emitiu o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro, que estabelecia a criação de 19 escolas de Aprendizes e Artífices que originaram a Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológica. O Estado do Rio Grande do Sul não foi contemplado com nenhuma das 19 escolas, pois em Porto Alegre já existia o Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia, criado no ano de 1906 e denominado no mesmo ano como Instituto Parobé. Conforme Stephanou (1990), através do Decreto nº 7763 de 23 de dezembro de 1909, foi aberta uma exceção para o Estado do Rio Grande do Sul, devido ao mesmo já possuir o Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia em plena atividade, e a União passa também a repassar auxílio igual aos destinados para a instalação e custeio das outras Escolas de Aprendizes e Artífices. Dessa forma, o Instituto Técnico Profissional Parobé passa a funcionar como órgão semelhante às demais escolas de Aprendizes e Artífices.

Sobre a localização das Escolas de Aprendizes e Artífices, Manfredi (2002) observa que obedeciam a um critério mais político do que econômico, pois foram inauguradas nas capitais dos estados, independente das capitais possuírem parque industrial ou de suas respectivas atividades manufatureiras. “As escolas constituíam eficiente mecanismo de ‘presença’ e de barganha política do governo federal, nos estados, junto às Oligarquias locais” (MANFREDI, 2002, p. 83).

Em Pelotas, a história da educação profissional tem como marco a criação da escola de Artes e Ofícios, sua transformação em Escola Técnico Profissional (ETP) e a posterior transição para o Instituto Profissional Técnico (IPT). Conforme explicitado na documentação da instituição e nos jornais da época, a Escola de Artes e Ofícios foi criada no dia 07 de julho de 1917, por iniciativa da diretoria da Biblioteca Pública Pelotense (BPP), em sessão solene, no dia de comemoração do aniversário de Pelotas. A criação da respectiva escola dialogava com as ideias de Nilo Peçanha e sua proposta de criação das Escolas de Aprendizes e Artífices nas capitais dos estados.

Orientou a proposta de criação da Escola a concepção de Educação Profissional presente nas outras iniciativas do País, decorrentes da legislação federal expedida por Nilo Peçanha, em 1909, que considerava a necessidade de habilitação dos desfavorecidos da fortuna com o

indispensável preparo técnico e intelectual, para fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo que os afastasse da ociosidade, do vício e do crime. (MEIRELES, 2007, p. 22).

Considerando esse contexto, o objetivo que justificava a criação da Escola de Artes e Ofícios de Pelotas, era “filho de seu tempo” e pretendia possibilitar a educação aos desprotegidos da fortuna, a fim de evitar que os mesmos caíssem nos vícios e no mundo do crime. Mesmo com a fundação da Escola de Artes e Ofícios no ano de 1917, seu funcionamento ocorreu tardiamente, somente 13 anos depois. Nesse contexto, a idealização e fundação do educandário foi realizada pela diretoria da Biblioteca Pública Pelotense. Dentre os responsáveis, estavam: Augusto de Assumpção (Presidente), Dr. Luiz de Moraes (Vice-presidente), Fernando Luís Osório (1º Secretário), José Júlio de Albuquerque Barros (2º Secretário) e Francisco Vieira Villela (Tesoureiro).

A preocupação por uma educação para o trabalho e pelo trabalho está presente desde a idealização da Escola de Artes e Ofícios de Pelotas no ano de 1911. Semelhante a outras cidades brasileiras, nas primeiras décadas do século XX, Pelotas passou por várias transformações resultantes do processo de consolidação das relações capitalistas (LONER, 2016). Nessa conjuntura, segundo os governantes, a escolarização do público pobre poderia proporcionar aos educandos bons ensinamentos, como, por exemplo, evitar que tais indivíduos chegassem ao mundo do crime, dos vícios e da vadiagem. Dessa forma, uma das prioridades governamentais era inserir o público pobre no mundo do trabalho (MEIRELES, 2007).

A educação profissional direcionada ao ensino técnico se efetivou em Pelotas a partir da transição da Escola de Artes e Ofícios de Pelotas para a Escola Técnico Profissional (ETP), considerando a decisão unânime dos sócios da Biblioteca Pública Pelotense, em assembleia geral, no dia 12 de fevereiro de 1930, de repassar a Escola de Artes e Ofícios para o Município de Pelotas. Nesse contexto, foi solicitado ao município o comprometimento em colocar a instituição em funcionamento imediatamente.

O funcionamento da instituição era por meio do regime de internato, sendo que somente eram aceitos alunos do sexo masculino. Além dos meninos pobres, podiam ingressar no educandário outros alunos mediante o pagamento de taxas, sendo estes nomeados de pagantes. Salienta-se que os ingressantes passaram por um curso de adaptação, em um período de dois anos. Posteriormente, os mesmos iniciavam o curso Técnico-Profissional, com o direito a escolha da área, chamada de “secção”, de acordo com as suas próprias aptidões. A finalização do curso era de seis anos, sendo que no último ano o aluno realizava uma especialização na área de atuação (Meireles, 2007). O educandário funcionou por uma década. Contudo, foi extinto

através do Decreto Municipal de nº 1979, no dia 25 de maio de 1940, sendo demolido nessa mesma data. Com isso, foi construído no mesmo terreno outro edifício, vindo a ser denominado Escola Técnica de Pelotas. No ano de 1942, o presidente Getúlio Dornelles Vargas e o Ministro da Educação Gustavo Capanema assinaram o Decreto de Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro, para a criação da Escola Técnica de Pelotas (ETP). A ETP foi considerada a primeira instituição dessa categoria no Estado do Rio Grande do Sul e sua inauguração ocorreu em 11 de outubro de 1943 e contou com a presença do presidente Getúlio Vargas.

As atividades na ETP tiveram efetivo exercício no ano de 1945, a partir de cursos de curta duração, considerando a organização em ciclos. Iniciou-se com o primeiro ciclo de ensino industrial, tendo como oferta os cursos de: forja, serralheria, fundição, mecânica de automóveis, máquinas e instalações elétricas, aparelhos elétricos, telecomunicações, carpintaria, artes do couro, marcenaria, alfaiataria, tipografia e encadernação.

Em 1953, o educandário passou a oferecer o segundo ciclo de educação profissional, vindo a ser criado o primeiro curso técnico intitulado Construção de Máquinas e Motores. Na sequência, no ano de 1959, a ETP recebeu a caracterização de autarquia federal, a qual, no ano de 1965, passou a ser chamada de Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPEL) e os cursos desenvolvidos pela instituição se destacavam na formação de técnicos industriais. Conforme dados coletados no IFSul, o educandário contribuiu na formação de um elevado número de estudantes, nos cursos de Mecânica, Eletrônica, Edificações, Eletrotécnica, Eletromecânica, Telecomunicações, Química e Desenho Industrial.

OS DESAFIOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ESCOLAR

A digitalização dos acervos escolares permite a preservação do patrimônio e sua disponibilização para pesquisadores e interessados do público geral, é uma estratégia que publiciza a história da instituição e possibilita o acesso de forma fácil e ágil. Além disso, a digitalização permite a preservação de documentos que, muitas vezes, estão sujeitos a condições climáticas e ambientais prejudiciais. Ao digitalizar esses documentos consolidamos uma versão digital que pode resistir ao tempo ilesa.

Outro benefício da digitalização é que ela permite uma melhor organização da história da instituição. Com os documentos digitalizados, é possível fazer pesquisas mais precisas e detalhadas, além de tornar o acesso à informação mais rápido e prático, é uma forma eficiente de preservação, uma vez que a tecnologia pode evitar o manuseio do material e por consequência evitar o desgaste e a deterioração do mesmo:

Não se pode negar que, no mínimo, a tecnologia digital pode propiciar um excelente acesso ao conteúdo intelectual dos artefatos digitalizados, resguardando os originais da manipulação desnecessária, e retardando sua deterioração. Para impedir a degradação provocada pelo acesso direto e constante, itens valiosos são guardados em arquivos seguros, disponíveis para poucos pesquisadores. Isso é frustrante, pois, quando os documentos estão fora do alcance do público, a tarefa de manter a memória viva não está sendo cumprida adequadamente. A tecnologia digital surge como uma possibilidade de romper o compromisso entre preservação e acesso de opostas, essas dimensões se tornam cooperantes. (VALLE; ARAÚJO, 2005, p. 132)

A digitalização pode ampliar as possibilidades de análise do documento que passa a estar disponível para uma quantidade maior pessoas, o acesso a textos, imagens, documentos e muitos outros pode ser realizados em tempo real por um número maior de pessoas, que podem se apropriar, reformatar e devolver ao ciberespaço novas informações, os documentos, que outrora foram definidos apenas como guardiões da memória, passam a emissários dos acontecimentos passados, com a possibilidade de ressignificação no presente. E essa nova função pode lhes valer um lugar no futuro (DODEBEI, 2011).

PROPOSTA TEÓRICO METODOLÓGICA

Os documentos são compreendidos neste trabalho, assim como sugere Le Goff (2003), como testemunhos de realidades vividas. Segundo o autor, a ciência histórica, desde a antiguidade, vem reunindo documentos escritos, utilizando os mesmos como testemunhos. O autor descreve que a constituição das bibliotecas e de arquivos promoveram a formação dos materiais da história. Os documentos são fatos históricos, servindo de testemunho escrito para os historiadores constituírem leituras e leitura de um passado possível. O presente estudo está alocado na perspectiva qualitativa, considerando a abordagem histórica e técnica afiliada na análise documental. O recorte temporal estabelece as primeiras décadas de funcionamento da instituição, considerando a documentação catalogada na pesquisa: “O Acervo Institucional Como um Espaço de Preservação da Memória da Educação Profissional e Tecnológica”

Os documentos analisados são uma forma de comunicação que expressa as nuances de uma época, de acordo com Lüdke e André (2014) a análise documental pode ser uma técnica valiosa, se utilizada a partir da abordagem qualitativa, colaborando para complementar as informações adquiridas por outras técnicas e desvelar aspectos novos de um tema ou problema já estudado.

A pesquisa pressupõe o acesso ao IFSUL – câmpus Pelotas e o acesso ao acervo documental da Instituição. De acordo com Farge (2009, p. 59), “o contato com o arquivo

começa por operações simples, entre outras o encargo manual do material”. Ainda, a autora descreve que:

O trabalho em arquivos é lento, e o quanto essa lentidão das mãos e do espírito pode ser criativa. Antes mesmo de ser criativa, ela é inelutável: as pilhas não acabam nunca de ser consultadas, umas após as outras: mesmo limitadas em quantidades por sondagens preparadas previamente e calculadas com precisão, elas exigem do leitor muita paciência. (FARGE, 2009, p. 59)

Privilegia-se no projeto “A digitalização do Acervo Institucional como uma possibilidade de Preservação da Memória da Educação Profissional e Tecnológica” a investigação, análise e digitalização dos documentos produzidos pela instituição ao longo de sua história e mantidos no IFSUL – câmpus Pelotas, considera-se aqui a potencialidade do material armazenado na IFSUL sobre a história da instituição. Contudo, o material citado, está disponível para visualização estática e sem possibilidade de manuseio, por isso o que o projeto propõe é a organização e digitalização desse acervo com o objetivo facilitar o acesso à memória institucional, bem como viabilizar a realização de pesquisas sem danificar o material.

A Investigação proposta situa-se no campo historiográfico e busca ser uma contribuição para a história da educação e para a história da educação profissional e tecnológica. As fontes acessadas são compreendidas como sugere Ginzburg (2011), como “uma janela aberta”, que possibilita estabelecer um olhar sobre a educação técnico profissional na região sul do estado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todo o material, no recorte estabelecido, já foi devidamente higienizado e catalogado durante o projeto “O Acervo Institucional Como um Espaço de Preservação da Memória da Educação Profissional e Tecnológica”, após esse trabalho foi realizada a fase de digitalização dos materiais do acervo que se encontra ainda em andamento. Os materiais localizados no acervo estão divididos em três tipos: livros, fotos e quadros.

Os livros estão armazenados em armários e os quadros estão envoltos em TNT ou em caixas de papelão. As fotos abrangem uma periodização que contempla desde 1930 até os anos 2000, estando estas armazenadas em 14 caixas de isopor para a sua melhor conservação, ressalta-se que o presente artigo aborda somente a periodização inicial até a década de 1950. O cuidado com os materiais durante a digitalização é uma etapa importante e por isso todos os materiais são manuseados com o uso de luvas em um ambiente arejado. A etapa de digitalização é realizada em uma mesa acoplada a uma luz específica e com o auxílio de um celular. Na

digitalização são obtidas as fotos em formato jpg, as quais precisam ser tratadas nos aplicativos de Noteboc ou ClearScanner, que são obtidos de forma gratuita para sistema Android e iOS que possibilita a conversão de jpeg para um ficheiro em PDF.

A digitalização dos materiais é uma etapa lenta, principalmente com relação aos livros e as fotos que precisam de maior cuidado ao serem manuseados. As fotos são armazenadas separadamente e com uma ficha de identificação, todas sobre um papel cartão envolto em uma folha de papel seda, a digitalização contempla o cartão e individualmente cada foto.

Os livros precisam de cuidado ao manuseio por serem materiais sensíveis que podem sofrer rupturas das páginas, principalmente as folhas que são, em alguns casos, de papel bem fino. A digitalização dos livros é demorada pois é feita a partir da capa, contracapa frontal e final, além de todas as páginas frente e verso, a qual alguns livros chegam a ter aproximadamente 900 páginas. Desta forma, optou-se por digitalizar as primeiras 50 páginas de todos os livros e, somente após esse processo de digitalização é que, em um segundo momento, será realizada a digitalização das outras páginas.

Os quadros são colocados sobre o tecido de TNT na cor branca e realizam-se as fotos dos materiais, mas alguns desses quadros estão dispostos nos corredores da instituição e são retiradas as fotos no local de origem.

A base de dados é coletada e armazenada em um drive, o qual contém todas essas informações de forma organizada. Até o presente momento foi possível identificar 57 livros, 1 caixa com 134 fotos e 7 quadros de formatura até o ano de 1959. Conforme detalhamento apresentado no quadro 1.

Quadro 1:Material identificado e armazenado no acervo.

Ano	Tipo	Quantidade
1930's	Fotos	28 fotos - 1 caixa (30-40-50)
1940's	Fotos	22 fotos - 1 caixa (30-40-50)
	Livro	14 livros (41-42-43, 44, 45, 47, 48 A-D e F, 49 A-E)
	Quadro	2 quadros (48 e 49)
1950's	Foto	84 fotos - 1 caixa (30-40-50)
	Livro	43 livros (50 A-F, 51 A-F, 52 A-D, 53 A-C, 54 A-C, 55 A-D, 55-57, 56 A-E, 57 A1 A2 B-C, 58 A-D, 59 A-C)
	Quadro	5 quadros (50, 51, 52, 53, 56)

Fonte: Os autores 2023.

O levantamento estabelecido corresponde a todo material que localizamos na instituição até o momento, mas salienta-se que eventualmente recebemos a doação de novos materiais que são incorporados ao montante total de documentos elencados no projeto “A digitalização do Acervo Institucional como uma possibilidade de Preservação da Memória da Educação Profissional e Tecnológica”.

Dessa forma, alguns livros foram recebidos após o processo de catalogação, os quais foram higienizados, catalogados, digitalizados e incorporados ao montante total do levantamento realizado. Esses livros foram referentes aos expostos no Memorial Institucional, intitulados como 'Livro de Identificação', 'Livro de Protocolo' e 'Livro dos Exames', os três foram trabalhados e devolvidos; também recebemos um 'Livro de Métodos de Ensino' que estava guardado em um curso específico da instituição. Todos os materiais localizados trazem para o contexto atual a história da instituição e são relevantes na preservação da memória da educação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto de criação das escolas técnicas profissionais e a disseminação de uma identidade para os cursos técnicos no início do século XX foi um marco para o desenvolvimento da educação no país. A história da educação do IFSUL - Campus Pelotas retrata as mudanças que foram acontecendo ao longo do tempo, por isso considera-se relevante compreender algumas das particularidades locais, considerando o acesso a documentação presente no Acervo Institucional do Câmpus Pelotas.

A digitalização traz múltiplas possibilidades para a preservação dos documentos históricos, conserva os documentos, livros, fotos e quadros, que trazem à tona a existência identitária da instituição. Também é importante destacar que a digitalização de acervos em instituições de ensino pode ser uma estratégia para a promoção do acesso à informação e do desenvolvimento social e cultural, disponibilizando o conteúdo para um público mais amplo, incluindo pessoas que não têm acesso físico aos materiais originais, tendo um papel importante na promoção do acesso à informação e na democratização do conhecimento, a digitalização de acervos em instituições de ensino é um processo contínuo.

O Projeto tem sua importância pela possibilidade de utilização do futuro acervo digital da instituição como ferramenta de pesquisa, permitindo o acesso a materiais históricos, para fins de estudo, pesquisa e desenvolvimento, estimulando a produção de novos conhecimentos

e a promoção da cultura institucional. Destaca-se ainda o uso de metadados para organização do material alocado do ambiente, fornecendo detalhes contextuais sobre um determinado documento, ajudando na interpretação e desempenhando um papel importante na preservação a longo prazo, pois os metadados são um instrumento para organizar, descrever e facilitar o acesso aos recursos armazenados, possibilitando o fornecimento de informações adicionais importantes, que permitirão a descoberta, a recuperação e a compreensão desses recursos.

Por fim, o acesso facilitado à história institucional pode servir de apoio a inúmeras pesquisas em âmbito local, nacional ou internacional e por consequência contribuir com novos elementos para compreensão da educação profissional brasileira.

REFERÊNCIAS

Ata da Biblioteca Pública Pelotense. (1917-1918). Pelotas.

Ata da fundação da Escola de Artes e Ofícios de Pelotas. Biblioteca Pública Pelotense.

BLOCH, MARC. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CALDEIRA, Jeane dos Santos. **A infância desvalida institucionalizada em Pelotas/RS: controle e ordenamento social nas páginas dos periódicos locais – décadas de 1910 a 1940**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2020.

CANDAU, Jöel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Ed.Contexto, 2014.

CARVALHO, Marcelo Augusto Monteiro de. **Nilo Peçanha e o Sistema de Escolas de Aprendizes e Artífices (1909 a 1930)**. São Paulo, Universidade de São Paulo: 2017. (Tese de doutorado)

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata**. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Flacso, 2000.

DODEBEI, V. L. **Cultura digital: novo sentido e significado de documento para a memória social?** DataGramZero, v. 12, n. 2, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7335>. Acesso em: 17 maio 2023.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FARIA, Maria Alice. **Como usar o jornal na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2011.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. (In) NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio Forastieri da. **Nova história em Perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.
- LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- LONER, A. Beatriz. **Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande**. Pelotas: Ed. UFPel, 2016
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Maria E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2014.
- MACHADO, Lucília R. Souza. Politécnic, **Escola Unitária e Trabalho**. São Paulo: Cortez, 1991.
- MEIRELES, Céres Mari da Silva. **Das Artes e Ofícios à Educação Tecnológica: 90 anos de História**. Pelotas: Editora da UFPel, 2007.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória: a Cultura Popular Revisitada**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- PINTO, Natália Garcia. **“Campanha Pró-Educação”: a luta pela alfabetização e a instrução nas páginas do Jornal A Alvorada (1933-1936)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso Formação Pedagógica para Graduados Não-Licenciados, IFSUL, 2020.
- REVEL, Jacques. (Org.). **Jogos de Escalas: a experiência da Microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- ROSCHILD, Adriana Barboza. **A Escola de Artes e Ofícios de Pelotas/RS e o Ensino-Técnico Profissional (1917-1930)**. 2021. 140f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Instituto Federal Sul-rio-grandense, Campus Pelotas, Pelotas, 2021.
- SÁ, Elizabeth Figueiredo de. **De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2007.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. **Identidade Nacional e Modernidade Brasileira – diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.
- STEPHANOU, Maria. Aprender Trabalhando: a experiência do Instituto Técnico Profissional de Parobé (1907-1930). In: BASTOS, Maria Helena Câmara; TAMBARA, Elomar;
- KREUTZ, Lúcio (Orgs.). **História e Memórias da Educação do Rio Grande do Sul**. Pelotas: Seiva, 2002.

STEPHANOU, Maria. **Forjando Novos Trabalhadores: a experiência do ensino técnico – profissional no Rio Grande do Sul (1890 - 1930)**. Porto Alegre: UFRGS, 1990. (Dissertação de Mestrado).

VALLE, Eduardo; ARAÚJO, Arnaldo. **Digitalização de acervos, desafio para o futuro**. Arquivística, Arquivo Mineiro, Belo Horizonte: 2005. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/Digitalizacao_de_acervos_desafios_para_o_futuro.PDF